



ARTIGO  
15/04/2025

## O calor que derrete a educação brasileira

\* **Dimas Ramalho**

O calor extremo não é mais uma anomalia passageira. Na era do aquecimento global, ele veio para ficar –atravessando estações, invadindo cidades, transformando os hábitos e moldando o curso da vida cotidiana. Nas escolas brasileiras, essa nova realidade climática representa muito mais do que um incômodo. Trata-se de um obstáculo direto ao aprendizado. A equação é simples: à medida que o termômetro sobe, o desempenho dos alunos cai.

Estudantes suando sob o uniforme, professores interrompendo as explicações para abrir janelas que pouco refrescam, ventiladores que apenas reviram o ar quente e denso –tudo isso compõe o retrato do cotidiano de milhares de salas de aula pelo país. Em ambientes onde o desconforto térmico prevalece, o conteúdo, por mais relevante que seja, não encontra espaço para se fixar, a irritabilidade toma o lugar do interesse.

As estatísticas confirmam esse quadro alarmante. Um levantamento recente feito pelo Centro de Inovação para a Excelência das Políticas Públicas revelou que apenas 33% das salas de aula das escolas públicas brasileiras são climatizadas. O dado, extraído do Censo Escolar organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, considera climatizados os ambientes que contam com ar-condicionado, aquecedor ou climatizador.

O dado geral, entretanto, esconde enormes discrepâncias regionais. Se olharmos para o estado de São Paulo, centro econômico do país, a situação é ainda mais desconcertante. Somando as escolas estaduais e municipais, só 9% dos espaços de ensino são climatizados.

Mas as estatísticas não param por aí. Outro estudo recente, produzido pelo Instituto Alana e pelo MapBiomias, revelou que em um terço das capitais brasileiras ao menos metade das escolas –públicas e particulares– estão situadas em regiões que apresentaram desvios de temperatura de pelo menos 3,5°C acima da média urbana.

São estabelecimentos de ensino situados nas chamadas "ilhas de calor", áreas urbanas densamente ocupadas, dominadas pelo concreto e pelo asfalto e com pouca vegetação. Nessas regiões, as altas temperaturas não são um fenômeno pontual, mas uma presença constante, transformando as escolas em ambientes hostis para o aprender e o ensinar. Essa realidade insalubre afeta as vidas de cerca de 2,5 milhões



**ARTIGO**  
**15/04/2025**

de crianças e adolescentes, em sua maioria oriundos das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Diante dessa soma de fatores, a resposta das autoridades governamentais precisa ser rápida e eficaz. Climatizar as salas de aula não é uma questão de luxo, mas de dignidade. Não se trata apenas de proporcionar algum conforto, mas de garantir condições mínimas para que todos os alunos, independentemente de sua origem ou condição social, possam aprender.

Diversos estudos já demonstraram que o calor excessivo, ao prejudicar a concentração, a memória e a saúde física e mental dos alunos, afeta diretamente o aprendizado. Uma análise feita por pesquisadores do Banco Mundial utilizando dados da Prova Brasil mostrou que o aumento de dias quentes foi responsável por uma queda de desempenho nos exames de matemática e português.

Com o fim do período de verão, estamos no momento ideal para que governos de todas as esferas iniciem uma mobilização pela climatização das escolas. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vem cobrando diagnósticos e planos concretos dos jurisdicionados. Não podemos esperar o próximo recorde de temperatura para começar a agir.

A adaptação climática das salas de aula é uma necessidade incontornável dos tempos atuais. É hora de fazermos da educação uma prioridade não apenas nos discursos, mas na criação de um ambiente propício ao aprendizado, em que a temperatura seja o menor dos desafios.

***\* Dimas Ramalho é Conselheiro-Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP).***